

Francisco Martins de Araújo Neto

Regulação das **FAKE NEWS** nas eleições



Prefácio: Patrícia Peck Pinheiro



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Francisco Martins de Araújo Neto.



DIALÉTICA
EDITORA



/editoradialetica



@editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Júlia Noffs

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Larissa Brito

Diagramação

Larissa Brito

Preparação de Texto

Lucas Ben
Suzana Itano
Anna Moraes
José Rômulo Moreira Júnior

Revisão

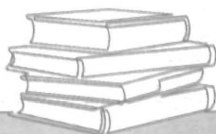
Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Letícia Machado
Ludmila Vieira
Larissa Teixeira

Estagiária

Laís Silva Cordeiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663r Araújo Neto, Francisco Martins de.
Regulação das fake news nas eleições / Francisco Martins de Araújo Neto. –
São Paulo : Editora Dialética, 2022.
400 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-4895-0

1. Fake news. 2. Eleições. 3. Teorias Regulatórias da Internet. I. Título.

CDD 324. 6

CDU 324

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÔMENO DAS FAKE NEWS	33
1.1 As fake news	33
1.1.1 Nomenclatura	33
1.1.2 Histórico	35
1.1.2.1 O que difere?	41
1.1.2.2 As Transfronteiras do Direito da Informação	43
1.1.2.3 Web 1.0, 2.0 e das Plataformas	46
1.1.3 Elementos da desinformação: Causas, formas, componentes	47
1.1.3.1 Tipologia	48
1.1.4 Elementos da desinformação	54
1.1.4.1 Quanto ao agente	54
1.1.4.2 Quanto à Mensagem	55
1.1.4.3 Quanto ao Intérprete	56
1.1.4.4 Fases da Desinformação	56
1.2 A Globalização e antiglobalização	56
1.2.1 Histórico	57
1.2.2 Ganhos e mudanças	60
1.2.3 Impactos e paradoxo	62
1.2.3.1 Enfraquecimento do Estado	63

1.2.3.2	Desestruturação do mercado de trabalho e das organizações sindicais	64
1.2.3.3	Formação da Sociedade de Riscos	65
1.2.4	Antiglobalização e Desglobalização	70
1.3	Mudanças sociais - a transformação tecnológica da sociedade	73
1.3.1	Descredenciamento da imprensa e mutação das fake news	74
1.3.1.1	Plataformas Tecnológicas e a Imprensa Tradicional	80
1.3.1.1.1	Convergência digital e ferramentas de organização de conteúdo	84
1.3.1.1.2	Elementos semióticos e psicológicos da nova comunicação	85
1.3.1.1.3	Desintermediação e reintermediação de informação	89
1.3.1.1.4	Emocionalidade do conteúdo compartilhado	90
1.3.1.1.5	O Papel e Impacto das Fontes de Notícias	92
1.3.2	Bolhas de filtro e câmaras de eco	102
1.3.3	Bots, Trolls e Tanques Falsos	105
1.4	Conclusão do capítulo	109
2.	DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DA REGULAÇÃO	115
2.1	Impactos nas garantias fundamentais	117
2.1.1	Dos direitos à liberdade de expressão, de informação e da privacidade	119
2.1.2	Do Mercado das Ideias e a influência da Primeira Emenda	126
2.1.3	Das Fake News vs a Liberdade de Expressão	131
2.1.4	Da Censura e a Influência da Seção 230 do Communications Decency Act e o Digital Millennium Copyright Act	136
2.1.5	Da ameaça à democracia e à soberania das nações	142
2.2	Teorias regulatórias do ciberespaço	149
2.2.1	Ciberlibertarismo, Libertários digitais, Anarquistas, Ciberutópicos	149

2.2.2 Realistas digitais e Ciberpaternalistas	151
2.2.3 Comunitarismo em Rede	154
2.2.4 Protagonismo das Plataformas e Guardiões (Gatekeepers)	159
2.2.4.1 Neutralidade do fluxo de informações, Vigilância e Dominância digital	162
2.2.5 Regulação Híbrida	166
2.3 Regulação das plataformas	171
2.3.1 Plataformas digitais: agnosticismo e neutralidade x edição e moderação de conteúdo	174
2.3.2 Transparência do processamento algorítmico	183
2.3.2.1 Transparência quanto ao algoritmo propagador	184
2.3.2.2 Transparência por intermédio de algoritmo regulador	187
2.3.3 Dificuldades de Regulação	192
2.3.4 PL 2630/2020 das Fake News	193
2.4 Conclusão do capítulo	195
3. DO COMBATE ÀS FAKE NEWS SOBRE O PROCESSO ELETRÔNICO PELO TSE NAS ELEIÇÕES 2018 E 2020 E ANÁLISES DO MODELO REGULATÓRIO UTILIZADO À LUZ DO COMUNITARISMO DE REDE	199
3.1 Internet e eleições no Brasil	199
3.1.1 Desafios do Direito Eleitoral	202
3.1.2 Bots, Inautenticidade, Influenciadores e Abusos	206
3.1.3 Fake News eleitorais no Brasil	207
3.2 Eleições, Fake News e ações do TSE em 2018	210
3.2.1 Fake News em 2018	210
3.2.2 Fake News acerca do Sistema Eleitoral em 2018	213

3.2.3 Medidas concebidas pelo TSE e Parceiros para o combate às <i>fake news</i> nas Eleições de 2018	222
3.3 Eleições, <i>Fake News</i> e ações do TSE em 2020	223
3.3.1 <i>Fake News</i> acerca do Sistema Eleitoral em 2020	223
3.3.2 O Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE - Estratégias Não Regulatórias e Multissetoriais	242
3.3.2.1 Pilares	242
3.3.2.2 Parcerias	242
3.3.3 Pilar: Pluralidade Informativa	243
3.3.3.1 Coalizão para Checagem	243
3.3.3.1.1 Fato ou Boato	244
3.3.3.1.2 Zero rating – Acesso às checagens sem cobrança de pacote de dados ...	244
3.3.3.1.3 Narrativas falsas	245
3.3.3.2 Chatbot – Tira-Dúvidas Eleitoral no WhatsApp	246
3.3.3.2.1 Funcionalidades	246
3.3.3.3 Divulgação massiva de informações verídicas	247
3.3.3.3.1 Parcerias com provedores e plataformas	247
3.3.3.3.2 Central de Notificações da Justiça Eleitoral	253
3.3.3.3.3 Campanha #EuVotoSemFake	255
3.3.3.3.4 Campanhas com clubes de futebol	257
3.3.3.3.5 Parceria com associações de comunicação	260
3.3.3.3.6 Canais e redes sociais do TSE	262
3.3.3.3.7 Zero rating para o portal da Justiça Eleitoral	270
3.3.4 Pilar: Ação Educacional	270
3.3.4.1 Campanha institucional “Se For Fake News, não Transmita” – Ampla conscientização sobre a desinformação	270

3.3.4.2 Capacitações para o público externo	271
3.3.4.2.1 Webinários, lives e debates virtuais	272
3.3.4.2.2 Séries de notícias, vídeos e publicações especiais	274
3.3.4.3 Capacitações para o público interno	278
3.3.5 Pilar: Combate aos comportamentos inautênticos	278
3.3.5.1 Canal de denúncia de disparo em massa de conteúdos em parceria com o WhatsApp	279
3.3.5.2 Criação de rede de monitoramento de práticas de desinformação contra o Processo Eleitoral	280
3.3.5.2.1 Análise de tendências das narrativas falsas contra o Processo Eleitoral	287
3.3.5.3 Parceria com o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CCICN) do Ministério da Justiça e cooperação com a Polícia Federal	289
3.3.6 Novas estratégias de combate à desinformação	290
3.3.6.1 Comitê de Ciberinteligência	290
3.3.6.2 Página de status de serviços	292
3.4 Pesquisa de campo junto aos agentes envolvidos no processo eleitoral	292
3.4.1 Objetivo	292
3.4.2 Metodologia Utilizada	293
3.4.2.1 Premissas e Definições	293
3.4.2.2 O questionário	297
3.4.3 Recepção e Análise dos dados obtidos	307
3.5 Conclusões - Adequação e contribuição do modelo regulatório do comunitarismo de rede	341
4. SUGESTÕES E PROPOSIÇÕES	345

CONSIDERAÇÕES FINAIS	349
-----------------------------------	------------

ANEXO 01

PARCEIROS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO COM FOCO NAS ELEIÇÕES 2020 – ATÉ DEZEMBRO DE 2020	353
---	------------

ANEXO 02

OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	355
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	365
---	------------